

O BRASIL QUINHENTISTA E A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: INTERFACES

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

Resumo

Consiste o presente artigo em estudo acerca do Brasil quinhentista à luz da Historiografia Linguística. A descrição historiográfica se dá a partir da análise do contexto de produção (ZWARTJES, 2011; BATISTA, 2013) da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de Anchieta (1595). Na primeira parte do estudo, é apresentada uma proposta de periodização do Brasil quinhentista, para a análise do contato linguístico entre as comunidades linguísticas indígenas da costa do Brasil e os colonizadores europeus, com a utilização de *pidgins* para comunicação (FARACO, 2016; LUCCHESI, 2009). Na segunda parte do texto, é analisada a presença de intérpretes, os *lingoas*, na primeira fase do contato linguístico na América portuguesa, que tem por ápice a fundação de São Vicente e o registro da missão franciscana *Mbiaça*. Na terceira parte do texto, é analisada a institucionalização do contato linguístico, com a presença dos jesuítas no Brasil quinhentista.

Palavras-chave:

Gramática Missionária. Historiografia Linguística. Humanismo Renascentista.

1. Introdução

O Brasil quinhentista é um período histórico em que o processo de colonização e contato linguísticos podem ser analisados pelo viés da Historiografia Linguística (HL). A gramática missionária de Anchieta de 1595, documento que registra esse processo de contato e colonização linguísticos, é um objeto de estudos interdisciplinar, sendo a pedra angular da gramaticografia no Brasil e da Linguística Missionária. Logo uma abordagem historiográfica para analisar o trabalho gramatical de Anchieta depende de uma releitura e interpretação de documentos históricos dos diversos atores envolvidos no processo de estabelecimento da colônia na América portuguesa, a fim de que seja compreendido em seu contexto de produção. De acordo com Otto Zwartjes, referência nas pesquisas na área de gramática missionária e gramaticografia, Anchieta ocupa lugar de relevo na tradição gramatical do século XVI:

José Anchieta was born on March 19th, 1534, in S. Cristóval de La Laguna, Tenerife. His father, Juan de Anchieta, was a Basque from Guipúzcoa. In 1551, he entered the Jesuit order in Coimbra and for reasons of health, he was sent to Brazil (Martins1954: 9). He arrived in Salvador Bahia in 1553 accompanied by Manoel da Nóbrega (1517–1570), who had

begun his mission in Brazil earlier in 1549. With da Nóbrega, Anchieta founded the Jesuit college in São Paulo de Piratininga (Leite & Franchetto 2006: 23) on January 25th, 1554. Anchieta wrote the first grammar of Tupi to be printed, and also composed literary works in Castilian, Portuguese, Latin and Tupi. According to Martins (1954: 9), he authored the dictionary *Vocabulário na Língua Brasileira*, of which there is a seventeenth century manuscript in the Coleção Departamento de Cultura of the Prefeitura de São Paulo, but this is uncertain. (ZWARTJES, 2011, p. 148)

Nesse aspecto, cumpre salientar que a chegada da língua portuguesa às Américas não significa propriamente que ocorra a sua adoção unânime pela comunidade linguística que formava o Brasil quinhentista¹. A adoção da língua portuguesa ocorreu em um contexto complexo, em que as tentativas de colonização contínuas levaram ao choque entre indígenas e portugueses até que alianças se estabeleceram. Enquanto na Bahia, o núcleo colonial se firma em língua portuguesa e na língua-geral de Guiné, sobretudo com a instalação do governo-geral em 1548, em São Vicente, graças a uma aliança luso-tupi, predomina a língua indígena. Cada núcleo colonial teria possuído uma história singular, no que se refere ao contato e à colonização linguísticos:

There is a disagreement concerning the language described by Anchieta, since he did not give a name to the language. According to Rodrigues (1997) the language described by Anchieta was Tupinambá, but Navarro states that it was the Tupi language (1997: 660). The importance of Tupi-speaking tribes in the regions around Bahia diminished after the destruction of 130 tribes by Mem de Sá in 1557. Other Tupiniquim-speaking communities were destroyed in Ilhéus and Porto Seguro. The only surviving Tupinambá-speaking region was the Capitania de São Vicente, while the speakers of the language elsewhere were annihilated in the period between 1557 and 1584 (Rodrigues, *ibid.*). Not only were Tupiniquim-speaking tribes massacred, but also Tupinambá-speaking tribes, speakers of Tamoio and other languages. The consequence of these reductions was that other tribes, such as the Aimoré, established new settlements along the coast, where earlier Tupispeaking tribes and Tamoios had lived. (ZWARTJES, 2011, p. 148-149)

Entretanto, para compreendermos esse *momentum*, a época em que a gramática de Anchieta é escrita e publicada, produzida já no con-

¹ Cf. FARACO, 2016, p. 57: “A partir de meados do século XV, a língua portuguesa, na esteira da expansão marítima de Portugal, sai de suas fronteiras europeias e se torna uma língua internacional, com falantes seus se estabelecendo em enclaves ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China em 1513, o Timor em 1515 e o Japão em 1543”.

texto missionário jesuítico, a partir de meados do século XVI, devemos retroceder ao início do processo de colonização e das navegações.

Historicamente, a preparação do Renascimento em Portugal – época determinante para o entendimento dos mecanismos político-culturais que alicerçaram a colonização do Brasil – tem sua origem na Revolução de 1383, indo até a Tomada de Ceuta, em 1415, quando de fato inicia-se o Renascimento Português. Com o advento do Renascimento na Europa, portanto, inicia-se o longo processo dos descobrimentos ultramarinos, no qual se inscreve o episódio do descobrimento do Brasil e toda a política linguística que determinaria a transplantação para o território brasileiro da língua portuguesa. (SILVA, 2014, p. 37)

A grosso modo, podemos afirmar que as políticas linguísticas no Brasil quinhentista têm por base o estabelecimento de contato linguístico com a população autóctone do território da América portuguesa, na época de formação territorial da colônia ultramarina, oriunda de autorização de colonização pela *Bula Inter Coetera* eraticada pelo *Tratado de Tordesilhas*², sendo os esforços iniciais dos colonizadores empregados, neste sentido, de comunicação e, posteriormente, de formação de alianças com os povos indígenas, havendo nesse ínterim um desenvolvimento de atividades econômicas incipientes, como a extração de pau-brasil. Quando a comunicação não era possível, ao invés de alianças, se desenvolvia a guerra. Sobre o contato linguístico inicial e seu desenvolvimento ao longo do século XVI, escreve Dante Lucchesi:

Os primeiros povoadores portugueses que, no início do século XVI, vieram para o Brasil entraram em contato com as tribos indígenas que habitavam a costa e, por falarem línguas muito aparentadas do tronco tupi, eram capazes de se comunicarem entre si utilizando uma espécie de *koiné*, decalcada da língua tupinambá. Essa língua franca, que viria a ser denominada língua geral da costa brasileira — ou simplesmente língua geral — foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão. (LUCCHESI, 2009, p. 43)

No dia 23 de abril de 1500, uma quinta-feira, é registrada por Caminha a primeira tentativa de contato linguístico entre portugueses e indígenas. Ainda que o intérprete Gaspar da Gama se encontrasse na esquadra portuguesa, o contato linguístico foi apenas gestual, pelo fato

² Segundo Pontin: “Outro ponto relevante, é que o Papa Alexandre VI ‘na bula *Inter Coetera*’, faz doações não apenas de terras, mas também dos mares. Balboa tomou posse do Oceano Pacífico para o rei de Espanha” (PONTIN, 2012, p. 183).

de o barulho do mar, segundo o escrivão da carta, ter impedido a comunicação pela fala:

(...) quando obatel chegou aaboca do rrio heram aly xbiiij ou xx homee[n]s pardos todos nuus sem nhuu[m]a cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. traziam arcos nas mãos esuas seetas. vijnham todos rrijos perao batel e nicolaao coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. e eles os poseram. aly nom pode deles auer fala ne[m] ente[n]dimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa. soamente deulhes huu[m] barete vermelho e huu[m]a carapuça de linho que leuaua na cabeça e huu[m] sombreiro preto. E huu[m] deles lhe deu huu[m] sombreiro de penas daues compridas cõ huu[m]a copezinha pequena de penas vermelhas epardas coma de papagayo e outro lhe deu huu[m] rramal grande de com tinha brancas meudas que querem parecer daljaueira as quaaes peças creio queo capitam manda avossa alteza e com jsto se volueo aas naaos por seer tarde e nom poder deles auer mais fala por aazo do mar. (CAMINHA, 2018)

(quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pusessem os arcos; e eles os puseram. Ali não pode deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho, que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas d'aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer d'aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volueu às naus por ser tarde e não poder deles haver mais fala, por azo do mar)

Mesmo a tentativa de colonização francesa posterior, na Baía de Guanabara, a França Antártica, entre os anos de 1555 e 1567, se iniciou pelo contato linguístico realizado sem fala, sendo a relação comercial estabelecida por trocas de objetos, por escambo, como Anchieta narra em seu poema épico *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os feitos de Mem de Sá), escrito em latim renascentista e publicado em 1563:

*Hos adeunt Galli saevae commercia gentis / Optantes, mutant merces, gladiis-
que coruscis / Falcibus, atque hamis et multa forcipe, diros / Demulcent Indo-
rum animos, et rubra reportant / Ligna, uerecundo quae uestimenta colore / In-
ficiunt, atque acre piper pictasque uolucres / Humanos et quae referunt anima-
lia gestus v. 20.*

(A estes juntam-se os franceses, que desejam fazer negócios com o selvagem povo. Trocam mercadorias tanto por espadas e brilhantes foices quanto por ganchos e muitas pinças, assim acalmam os terríveis ânimos dos indígenas, também adquirem toras de pau-brasil, que tingem as vestimentas com cor enrubescida, e a acre pimenta, além de aves coloridas e animais que imitam os gestos humanos) (KALTNER, 2010).

Podemos propor uma divisão do tempo, uma periodização, em relação aos marcos históricos (*milestones*) do Brasil quinhentista para compreender a dinâmica do contato linguístico na formação da colônia ultramarina na América portuguesa. Essa divisão do tempo não cria propriamente períodos progressivos e de expansão, mas o início de projetos de tentativa de ocupação territorial, ainda que descontínuos. O ápice desse processo, em relação ao contato linguístico, é a publicação da *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* em 1595 (ANCHIETA, 1595), escrita por São José de Anchieta (1534-1597), documento que sintetiza os esforços de contato linguístico entre europeus e indígenas e simboliza o processo de ocupação efetiva do território que se constitui em uma colônia ultramarina na América portuguesa, o Brasil quinhentista.

Cada uma das etapas propostas nessa periodização necessita ser estudada a parte, a fim de que se compreenda o processo de contato linguístico na formação do Brasil quinhentista como um todo, em relação tanto ao contato estabelecido quanto à colonização linguística, que implantaria a língua portuguesa nas Américas. Veremos, em seguida, alguns aspectos referentes a algumas destas etapas, em relação às políticas linguísticas concernentes ao contato linguístico, assim como uma possível rede de instituições envolvidas no processo de ocupação territorial, projeção de políticas linguísticas e formação do Brasil quinhentista, o que redundará na organização e publicação da gramática de Anchieta.

Apresentamos um quadro-síntese com uma cronologia de momentos históricos no Brasil quinhentista que poderiam ter influenciado as políticas linguísticas concernentes ao contato linguístico:

Data	Marco histórico
1500- até o fim do século.	Operações militares de navegação na costa (guarda-costas), utilizando-se, por vezes, de intérpretes que atuavam no Oriente e na África, os <i>linguas</i> , sem sucesso. Organização de feitorias, com trocas comerciais por escambo e comunicação gestual, sem necessidade de fala. Envio de degredados para o território das colônias.
1530-1532	Estabelecimento de Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente. Vínculos de parentesco entre indígenas e portugueses. Início de desenvolvimento de uma língua de contato, a partir de aliança luso-tupi para a colonização.
1533	Chegada dos primeiros africanos no Brasil em São Vicente, na condição de escravos, para a criação do primeiro engenho de açúcar, no início do ciclo escravocrata da Guiné.
1534	Fundação de capitânicas hereditárias, com o transplante e imigração de população oriunda de Portugal para colonizar o território.
1538-1548	Missão franciscana com indígenas carijós em <i>Mbiáça</i> .

1548	Estabelecimento do governo-geral e fundação da primeira cidade no Brasil, a capital de São Salvador, do Estado do Brasil, província do império ultramarino português. Uso da Língua Portuguesa na administração e o início do processo de uma política educacional colonial.
1549	Chegada dos jesuítas, fundação de colégios, escolas, mosteiros e missões indígenas. A política de conversão do gentio, com influência da educação humanística cristã renascentista pauta a política linguística da época, no Brasil. A educação jesuítica dialoga com correntes intelectuais vinculadas à Universidade de Coimbra.
1555-1567	Tentativa de colonização francesa na Baía de Guanabara, a França Antártica, com a presença de missionários calvinistas.
1556	A gramática de Anchieta já circula, como manuscrito, entre os jesuítas.
1573	Primeiro quilombo registrado no Brasil.
1580	União Ibérica, após a morte de D. Sebastião, com administração espanhola no Brasil. O período marca a chegada de outras ordens religiosas ao Brasil. A colonização avança aos sertões, acarretando o contato com grupos indígenas diversos.
1595	Publicação da gramática de Anchieta.
1599	Publicação da <i>Ratio Studiorum</i> , documento que sintetiza a educação humanística jesuítica e a política linguística que seria vigente no século XVII.

Tabela 1. Marcos históricos no Brasil quinhentista em relação às políticas linguísticas.

Nesse quadro, sobre alguns marcos e acontecimentos do Brasil quinhentista, cumpre salientar que a consolidação do processo de estabelecimento de contato linguístico entre europeus e povos indígenas se dá na publicação da gramática de Anchieta em 1595, ainda que já estivesse em uso desde 1556. A gramática registra a tentativa de institucionalização de uma língua para a conversão indígena. Esse documento, que é uma síntese dos esforços de comunicação empreendidos ao longo do século, é resultante da operação coordenada de instituições educacionais, missionárias e administrativas na colônia da América portuguesa, retratando o caráter pragmático das relações interculturais estabelecidas com as alianças entre europeus e indígenas para o desenvolvimento do Brasil quinhentista, a partir do contato linguístico.

2. A primeira fase (1500-1548): os intérpretes (línguas), missionários, náufragos e degredados; a missão franciscana Mbiçaba

O esforço inicial dos portugueses, em relação ao contato linguístico, durante a marcha expansionista das navegações e descobrimentos, não foi travado com os povos indígenas das Américas no século XVI. Desde o início do período de expansão pelas navegações, com a política africana do século XV até a chegada às Índias, os portugueses travaram

contato com povos e nações diversas³, sendo o contato linguístico fator essencial para o estabelecimento de relações comerciais e atividades missionárias, com comunidades linguísticas variadas, desde o Norte e a costa da África, até o extremo Oriente, no caminho das Índias. O multiculturalismo de que surgiu Portugal contribuiu à marcha expansionista⁴.

Nos vastos territórios da costa da África e no caminho das Índias, a variedade linguística obrigava o uso de intérpretes constantemente, sendo o conhecimento de línguas semíticas e das variadas línguas africanas uma preocupação para o contato linguístico, com comunidades linguísticas do Norte da África e até do extremo Oriente. O conhecimento de árabe e de hebraico era um fator que facilitava o contato linguístico com comunidades que possuíam como língua materna uma língua semítica, mas nem sempre isso era o suficiente para se estabelecer a comunicação em todo continente africano, como temos narrado na *Chronica do*

³ Cf. FERRO, 2006, p. 45: “Quando Vasco da Gama chegou às águas indianas, em 1498, certos soberanos locais, como os samorins de Calicute e os sultões de Gujerate, exerciam sua autoridade, mas não controlavam o oceano, que permanecia na mão dos árabes. Chegando a Calicute, Vasco da Gama exigiu para seu rei a soberania dos mares indianos, o que evidentemente os samorins recusaram, mas, em Cochim, os rivais destes aliaram-se aos recém-chegados, cuja esquadra era impressionante. O sultão do Egito respondeu ao apelo dos samorins, mas, depois de uma vitória naval, seu almirante voltou para casa. Então, retornando com força total, os portugueses de Afonso de Albuquerque ocuparam Goa, depois a ilha de Socotora, Ormuz e Málaca (atual *Melaka*), conseguindo, assim, controlar toda a parte ocidental do Oceano Índico.”

⁴ Cf. PINTO, 2010, p. 194: “Além das alterações no papel do português, do castelhano e do latim, acentua-se, nos séculos XIV e XV, a diversidade linguística observada em Portugal desde a sua fundação e expansão para sul. Apesar do início do seu abandono, a partir do século XIV, e da proibição da sua utilização em escrituras, por volta de 1400, o árabe continuou a ser a língua materna de muitos portugueses. Os que abandonavam a língua, nem sempre abandonavam o seu alfabeto, adoptando-o na escrita do português, a escrita aljamiada. Durante o século XV, a comunidade arabófona tornou-se mais numerosa, na sequência das conquistas portuguesas no norte de África – Ceuta (1415), Alcácer-Seguer (1458), Tãnger (1471) e Arzila (1471) –, e alguns dos seus membros integraram, como intérpretes, as primeiras expedições ao longo da costa ocidental africana. À medida que estas expedições avançavam para sul, desembarcavam no Algarve e em Lisboa falantes de línguas até então desconhecidas dos portugueses e dos restantes europeus. A partir de 1441, falantes de línguas africanas do grupo ocidental atlântico e, depois de 1482, falantes de línguas bantas vindos de um continente de que, até então, se considerava que o árabe era a única língua autóctone. Em Lisboa, haveria escravos-intérpretes de todas as ‘novas’ línguas africanas identificadas, de modo a garantir que em cada viagem houvesse um intérprete capaz de assegurar a comunicação indispensável com as gentes da costa. Em 1477, foi concedida a alforria ao primeiro escravo-intérprete africano de que há notícia, João Garrido, natural da Guiné”.

descobrimto e conquista de Guiné do século XV de Zurara, e no posterior contato com os reinos do Congo e de Angola:

(...) comendador da Ordem de Cristo, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), ressalta as dificuldades iniciais relativas à comunicação entre nativos africanos e portugueses, na costa ocidental da África, durante os primeiros contatos. A diversidade linguística com que as expedições portuguesas se deparavam quanto mais ao sul avançavam ia de encontro a uma concepção de homogeneidade linguística em que um mouro de língua mourisca fosse capaz de dialogar com os cativos que iam capturando. (DESTRO, 2014, p. 327)

Dessa forma, há uma participação de judeus sefarditas, marranos, cristãos-novos, mouriscos, ciganos caló⁵, africanos cativos, entre outros, como intérpretes⁶, que atuavam empiricamente como tradutores, para o comércio ultramarino, ou que eram simplesmente abandonados nos territórios recém-ocupados como degredados, nessa primeira fase de tentativa de estabelecimento de um contato linguístico com comunidades linguísticas da África, Ásia e, posteriormente, América, tornando-se o império ultramarino português uma verdadeira Babel linguística.

Os franciscanos também foram missionários pioneiros, antes mesmo das navegações portuguesas, tendo atuado em Marrocos e em Jerusalém desde o século XIII, e tendo chegado às Índias, na costa do Malabar, em 1500, na esquadra de Pedro Álvares Cabral. Os franciscanos chegaram a fundar igrejas, conventos e colégios na Índia, ao longo dos séculos XVI e XVII:

Uma forma de favorecer a divulgação do Evangelho era o conhecimento das línguas nativas. Há mais referências a obras compostas por franciscanos em cancani, língua falada em Goa (Faria, 2013, pp. 186-194), mas foi possível identificar indícios do conhecimento de línguas do

⁵ Cf. COSTA, 1998, p. 37-40. A população cigana teria chegado possivelmente a Portugal no século XV, em seguida, as penas de degredo se tornariam comuns nos séculos XV e XVI.

⁶ Havia nos séculos XV e XVI a concepção de que o hebraico era a língua primitiva, de que todas as outras derivavam, BASSETTO, 2013, p. 29: “Nos séculos XV e XVI, as línguas nacionais se firmam e surgem gramáticas de todas elas, bem como dicionários e manuais. A grande preocupação é a origem das línguas, embora os estudos não tenham base científica nem filológica: assim, sob influência da Bíblia, um número considerável de autores considerava o hebraico como a língua primitiva, entre outros, G. Postel, em *De Originibus seu de Hebraicae Linguae et Gentis Antiquitate* (Das Origens, ou da Antiguidade da Língua e do Povo Hebreus) (Paris, 1538); e Bibliander, em *De Ratione communi omnium linguarum et litterarum commentarius* (Comentário sobre a razão comum de todas as línguas e letras) (Zurique, 1548).”

sul da Índia e do Ceilão. Por exemplo, frei Miguel de São Boaventura ordenou, em 1602, que “a língua malabar e a chingala” fossem estudadas no Ceilão (Trindade, 1962, v.1, pp. 328, 350-353). Trindade afirmou que existiam vários franciscanos que pregavam e escreviam nessas línguas, como os frades Pantaleão da Madre Deus, Francisco de Santo Antônio, Antônio de São Bernardino, Mateus de Cristo, Antônio de São Bernardino e Gaspar dos Anjos, conhecedores do tâmil. (FARIA, 2014, p. 455)

As línguas de contato (*pidgins*)⁷ não eram padronizadas, sendo usados, em muitos casos, dialetos da navegação, como o vêneto, ou a mistura de línguas como espanhol, ladino e árabe. Como exemplo de intérpretes, os *lingoas*, dos séculos XV e XVI, temos João Garrido na Guiné e Gaspar da Gama (LIPINER, 1987, p. 106; FARACO, 2016, p. 68), intérprete encontrado por Vasco da Gama na Índia, que acompanhou a esquadra de Cabral ao Brasil em 1500. A missão franciscana *Mbiaça*, no Brasil, entre 1538 e 1548, é tema que carece de maior atenção, sobre o contato linguístico nesse período histórico.

A primeira fase do contato linguístico entre europeus e outros povos, na formação do vasto império ultramarino português, é caracterizada por uma organização empírica do contato linguístico. Uma tradição universitária e acadêmica que cogitasse sobre a diversidade linguística da época se desenvolveria em momento posterior, com o desenvolvimento do humanismo renascentista cristão em Portugal, a partir da reforma das universidades, sobretudo a Universidade de Coimbra, e o posterior desenvolvimento da Companhia de Jesus, que se tornaria instrumento missionário nos domínios mais afastados do império colonial ultramarino português: “Portugal não estava desligado nem da situação cultural europeia da Idade Média, do Humanismo e do Renascimento, nem da discussão linguística que teve lugar com o Humanismo” (LEITE, 2007, p. 81).

3. *A segunda fase (1548-1595): a institucionalização do contato linguístico, o governo-geral, missões, colégios e a gramatização da língua-geral*

No Brasil quinhentista, o ápice do processo de estabelecimento de contato linguístico com comunidades indígenas, de forma empírica, ocorre com Martim Afonso de Souza em São Vicente, que consegue estabelecer uma aliança duradoura a ponto de convencer a participação de índi-

⁷ Cf. FARACO, 2016, p. 68 e seguintes.

genas e mamelucos diretamente no processo de colonização⁸. João Ramalho, o chefe indígena Tibiriçá e Martim Afonso de Souza teriam liderado um processo intercultural que permitiria o estabelecimento da colônia na América portuguesa, abrindo espaço para a instalação dos primeiros engenhos no Brasil quinhentista, com mão-de-obra escrava traficada da África (NEVES, 2007).

Para analisarmos esse *momentum* histórico, de transição de uma etapa de contato linguístico empírico, por *pidgins*, com intérpretes, para uma fase de institucionalização das políticas linguísticas no Brasil quinhentista, devemos evidenciar a figura do teólogo Diogo de Gouveia (1471-1557), como possível conselheiro das políticas linguísticas adotadas por Portugal em suas colônias ultramarinas, e seu sobrinho, o humanista André de Gouveia (1497-1548).

Diogo de Gouveia iniciou seus estudos teológicos em Paris, onde obteve o título de *Magister Artis* (Mestre em Artes), tornando-se bibliotecário da Universidade de Paris em 1507. Atuou como diplomata do rei D. Manuel I no reino da França, entre 1512 e 1521. Em 1520, assumiu a direção do Colégio Santa Bárbara em Paris. Durante o reinado de D. João III, que se iniciou em 1521, solicitou ao rei ajuda de custo para bolsistas e logo o colégio francês se transformaria em um reduto de formação de teólogos e humanistas ibéricos, como Jerônimo Osório, Diogo de Teive, e os futuros jesuítas Inácio de Loyola e Francisco Xavier, que lá teriam estudado as artes liberais e a teologia (PELLERIN, 2009, p. 46-9).

André de Gouveia, sobrinho de Diogo de Gouveia, assume a direção do Colégio Santa Bárbara em Paris entre 1529 e 1534, tornando-se reitor da Universidade de Paris em 1533. André de Gouveia, inspirado pela educação humanística, vigente no *Collège de France*, fundado em 1530, buscou implantar uma reforma educacional no Colégio Santa Bár-

⁸ Sobre a presença de cristãos-novos em São Vicente, FALBEL, 1999, p. 114: “quando, em 1532, Martim Afonso de Souza entrou no porto em São Vicente, dois anos após o estabelecimento das donatárias, já encontrara habitantes europeus, que no dizer de Paulo Prado seriam ‘remanescentes de naufrágios ou das viagens de 1501 ou 1503, das de d. Nuno Manuel, da nau Bretôa, e de Christovam Jacques, ou de outras anônimas...’. A figura controversa e desconhecida do Bacharel de Cananéia, com o seu clã familiar que incluía Gonçalo da Costa, Antonio Rodrigues, Mestre Cosme, Duarte Peres (ou Pires) e também a não menos controversa personalidade de João Ramalho. Este último, sobre o qual deram-se muita tinta devido ao suposto ‘kaf’ de sua assinatura, é mencionado na carta de Tomé de Souza dirigida ao rei d. João III, de 1o de junho de 1553, como natural de Coimbra e possuidor de uma prole abundante com muitos descendentes”.

bara. Em 1534, assumiu a direção do Colégio de Guiana, em Bordéus, em que teria estudado Montaigne. André de Gouveia permaneceu na França até 1547, quando retornaria a Portugal para dirigir o Real Colégio das Artes de Coimbra, que passaria a funcionar em 1548, o mesmo ano de sua morte, colégio em que Anchieta estudou:

O Colégio de Guiana gozava então de justa fama. Aliás, o ensino tinha-se renovado, de modo geral, em toda a França, na primeira parte do século XVI. Os estudos humanísticos, que começaram a adquirir nova importância na Itália, a partir de Petrarca, no século XIV, e que no século XV atingiram nas Repúblicas italianas verdadeiro esplendor, conquistaram no final deste século e princípio do seguinte, pouco a pouco, todas as nações cultas da Europa. O Colégio de França, fundado por Francisco I, em 1530, após tentativas que anteriormente tinham resultado infrutíferas, marca apenas a consagração oficial da adoção dos novos programas e métodos de ensino. Noutras partes havia já colégios que tinham posto de lado os métodos medievais e se entregavam decididamente à orientação dos humanistas. (FREIRE, 1963-1964, p. 9)

A institucionalização do contato linguístico, no Brasil quinhentista, inicia-se com a política de “conversão do gentio” do jesuíta Manuel da Nóbrega, desde 1549, a partir de seus esforços em Salvador junto ao governo-geral⁹ para implantar escolas e colégios para os indígenas conversos, tendo como referência a reforma educacional empreendida em Portugal, na adoção da educação humanística de tradição italiana e francesa (FARIA, 2006). Esse projeto, vinculado à educação humanística renascentista, seria reflexo das reformas educacionais que ocorriam em Portugal, no contexto da política cultural de D. João III, na reforma da Universidade de Coimbra, em 1537, e na criação do Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548, que em 1555 passaria a ter administração jesuítica.

⁹ No *Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil*, publicado em Almerim, em 17/12/1548, considerada a primeira Constituição do Estado do Brasil, há a seguinte redação, sobre a política de conversão indígena: “45 – Porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem Cristãos morem juntos, perto das povoações das ditas Capitánias, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé. E aos meninos, porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios; e aos Capitães das outras Capitánias direis, de minha parte, que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua Capitania; e os meninos estarão na povoação dos portugueses, e em seu ensino folgaria de se ter a maneira que vos disse” (REGIMENTO, 2018).

Diogo de Gouveia e o humanista André de Gouveia, que dirigiram os renomados colégios humanísticos franceses supracitados, o Colégio Santa Bárbara e o de Guiena, teriam auxiliado a reforma educacional empreendida por D. João III, na fundação do Real Colégio das Artes de Coimbra, em 1548, em que Anchieta estudara adolescente, antes de sua vinda ao Brasil. O Real Colégio das Artes de Coimbra passou a ter administração jesuítica em 1555 e serviria como modelo para a fundação de outros colégios jesuíticos, como os do Brasil quinhentista.

O humanismo renascentista cristão em Portugal, movimento que envolveria a reforma católica, na fundação da Companhia de Jesus e no Concílio de Trento, passaria a fomentar a renovação dos estudos gramaticais e o pensamento linguístico em Portugal na mesma época da colonização do Brasil quinhentista. Seria, dessa forma, a catequese indígena no Brasil quinhentista relacionada à educação linguística, por fim. Dessa forma, podemos considerar que a gramática de Anchieta, já registrada como em uso desde 1556, mas publicada apenas em 1595, é uma publicação dentro de um contexto cultural e tradição tipográfica que se relacionava às gramáticas oriundas da educação humanística portuguesa, não sendo um documento isolado em sua produção e recepção.

Se, na primeira fase da ocupação territorial, tínhamos a predominância das navegações costeiras e dos missionários franciscanos na tentativa de catequese, em segundo momento, será a Companhia de Jesus responsável por implantar a política de conversão indígena, a partir de pressupostos da educação humanística renascentista cristã, com nítida influência do humanismo francês e italiano. Como resultado das reformas educacionais que afetam a Universidade de Coimbra no século XVI, são fundados no Brasil quinhentista as primeiras escolas e colégios jesuíticos, que implementariam a política linguística então vigente¹⁰, que seria sintetizada, posteriormente, em 1599, na *Ratio Studiorum*.

A política linguística nos colégios jesuíticos do Brasil quinhentista variou de acordo com as décadas de sua implantação e o contexto específico do momento histórico. Entretanto, seguem um padrão de alfabetização em língua portuguesa e tupi, com a possibilidade de estudos

¹⁰ Para as línguas clássicas, as principais influências da educação humanística portuguesa teriam sido, em latim: Despautério, inicialmente, e em seguida Manuel Álvares. Para o grego e hebraico, as gramáticas de Nicolau Clenardo (NAVARRO, 2000, p. 385 e seguintes; ALTMAN, 2012, p. 18-19).

mais avançados em línguas clássicas, sobretudo o latim¹¹. A gramática de Anchieta foi escrita como um recurso didático para a catequese e o ensino nessas instituições, sendo um registro de técnica de gramatização de uma língua que inicialmente servia como instrumento apenas para o contato linguístico, mas aos poucos ganhava o *status*, no Brasil quinhentista, de língua de civilização: o tupi.



Imagem 1. Frontispício da gramática anchietana (1595).

4. *A gramática de Anchieta de 1595*

A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de Anchieta participa de um processo cultural amplo, que é o início da institucionalização do sistema educacional no Brasil quinhentista, estando inscrita em uma tradição de obras impressas em Portugal no século XVI. A tradição gramatical da educação humanística portuguesa, por influência francesa e italiana, estava pautada no ensino das línguas sapienciais: latim, grego e hebraico, sendo em um primeiro momento muito influente a gramática latina de *Despauterius*, as obras de Nicolau Clenardo, até que a Companhia de Jesus organizasse um cânon educacional (NAVARRO, 2000).

A gramática latina *De institutione grammatica libri tres* do jesuíta Manuel Álvares, de 1572, torna-se um dos primeiros esforços de sistematização da educação humanística portuguesa, sendo o principal instrumento para a educação jesuítica e para o processo de gramatização das

¹¹ SHIGUNOV NETO, 2008, p. 177.

línguas de contato, estabelecidas empiricamente nos longínquos domínios do império ultramarino colonial português. A partir da gramática de Manuel Álvares, surgiriam outras gramáticas, artes e métodos de descrição de línguas, desde as vernáculos até as de contato, desenvolvidas nos esforços de navegação e do processo missionário nos séculos XVI e XVII.

A tradição gramatical renascentista das línguas estrangeiras modernas próximas a Portugal, como a espanhola, com Nebrija, certamente, influenciara a tradição de descrição da língua portuguesa nas obras gramaticais de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). Entretanto, cumpre salientar que a gramática de Anchieta está em um contexto cultural mais próximo à obra de Manuel Álvares, que serviria como cânon da educação jesuítica, a partir da publicação da *Ratio Studiorum* em 1599, dada sua formação humanística conimbricense.

Um fenômeno ainda a ser investigado, em relação à gramática de Anchieta, é a sua intertextualidade com as gramáticas latinas do humanismo renascentista cristão português, principalmente com a obra de Manuel Álvares, e com as gramáticas que a teriam antecedido na educação humanística em Coimbra, como as de *Despauterius* e a de Clenardo. No período colonial, a gramática de Anchieta foi sucedida pela *Arte da Língua Brasileira* de Figueira (1621).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. As partes da oração na tradição gramatical do Tupinambá/Nheengatu. In: *Revista Limite*, n. 6, p. 11-51, 2012.

ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EdUsp, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Edição fac-símile de Jaime Cortesão. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pêro Vaz de Caminha*. 1 de maio de 1500. Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 15, mç. 8, n.º 2. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2018.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia. In: *Revista Textos de História*, v. 6, n. 1 e 2, p. 35-56, 1998.

DESTRO, Letícia C. F. Entre línguas: os intérpretes nos primeiros contatos dos europeus com a costa da Guiné (século XV). In: *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 326-38, jul./dez. 2014.

FALBEL, Nachman. Sobre a presença dos cristãos-novos na Capitania de São Vicente e a formação da etnia paulista. In: *Revista USP*, São Paulo, n.41, p. 112-119, março/maio 1999.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARIA, Patrícia Souza de. Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século XVI). In: *Revista Sémata*, Ciências Sociais e Humanidades, v. 26, p. 447-469, 2014.

FARIA, Patricia Souza de. *A conquista das almas do Oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FREIRE, José Geraldes. Obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos. In: *Humanitas*, n. 15-16, Coimbra, p. 1-82, 1963-1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Publifolha, 2000.

KALTNER, Leonardo Ferreira. A Baía de Guanabara no De Gestis Mendi de Saa. In: *Revista Brasil-Europa – Correspondência Euro-Brasileira*. n. 127/23 (2010:5). Disponível em: <<http://www.revista.brasil-europa.eu/127/Guanabara-no-De-Gestis.html>>. Acesso em 03 ago. 2018.

_____. As fontes do De Gestis Mendi de Saa e o trabalho filológico de armando Cardoso. In: *Revista Philologus*, n. 70 (supl.), Rio de Janeiro, p. 28-42, jan./abr. 2018.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Paulistana, 2007.

LIPINER, Elías. *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*. Nova Fronteira, 1987.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73

MEERSMAN, A. *The Ancient Franciscan Provinces in India, Bangalore*: Christian Literature Society, 1971.

NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. Erasmo de Roterdã e a educação humanista cristã. In: *Revista Filosofia*, v. 19, n. 24, p. 47-60, jan./jun. 2007.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. In: PINHO, Sebastião Tavares de *et al. Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 385-406.

NEVES, Cylaine Maria das. *A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume, 2007.

PELLERIN, Agnès. *Les Portugais à Paris*. Paris: Chandaigne, 2009.

PINTO, Paulo F. Portugal. 1143-1496: uma pessoa política, muitas pessoas linguísticas. In: *Ideias e Temas*, n. 7, p. 190-196, 2010.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro. In: *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, Maurício. Luta de línguas: panorama histórico-cultural da língua portuguesa no Brasil do século XVI. In: *Cadernos de Linguagem e Sociidade*, n. 15(1), p. 36-49, 2014.

PONTIN, Rafael de Almeida Leme. As Bulas e Tratados dos séculos XV, XVI e XVIII na História do Direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa. In: *Cadernos jurídicos Unisal – Liceu Salesiano*, n. 4, p. 175-200, 2012.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. Disponível em:<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.